

DO CAJU PROVAMOS O CONHECIMENTO

Podcast Bobagens Imperdíveis

Transcrição do episódio

Abril de 1979. Nos corredores da Universidade de Brasília, pesquisadores das mais diversas áreas se encontram e se encaminham para uma única sala. Eram economistas, sociólogos, agrônomos, designers, químicos, físicos, professores de literatura, historiadores, antropólogos. Estavam se encontrando para um seminário, para debater um assunto da maior importância para o interesse nacional.

Foram convocados pelo homem de bigode no centro da sala, que vai sendo cumprimentado pelo pessoal que chega, distribuindo sorrisos, apertos de mãos. É um cara influente, que tem uma posição importante dentro do governo: diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN. Esse cara é o pernambucano Aloísio Magalhães.

Antes de começar o seminário, é preciso apresentar esse personagem. Aloísio teve um longo percurso antes de chegar nesse ponto da história. Dirigir um órgão do governo, parece até que ele sempre foi um burocrata, alguém enfiado na política. Mas ele veio do território das artes. Aloísio foi um pioneiro do design moderno brasileiro! Ele foi pintor, designer, já trabalhou até como cenógrafo e figurinista de teatro.

Ele ficou mais reconhecido mesmo pelos seus trabalhos icônicos de identidade visual. Você já deve ter visto o trabalho dele por aí. Sabe a logo da Bienal de São Paulo? Foi ele quem criou. A marca da Petrobrás, as letras BR com um traço em cima? Também foi ele quem criou, em 1972. A logo da UnB, aquele retângulo cortado por duas linhas brancas lembrando um avião? Trampo dele.

Aloísio também foi o responsável pelo design das cédulas do Cruzeiro, em 1966. Ele foi o primeiro brasileiro a desenhar as cédulas de uma moeda brasileira. Antes disso, as cédulas eram desenhadas, e também fabricadas, fora do Brasil. Então ele conseguiu dar uma personalidade própria pro dinheiro brasileiro, de pensá-lo como um objeto de comunicação.

Todos esses trabalhos mais famosos ele fez quando abriu um dos primeiros escritórios de design do país, no Rio de Janeiro.

Bem antes disso, no início dos anos 50, ele se juntou com um grupo de amigos e fundou O Gráfico Amador. Na época não existia uma editora de livros em Pernambuco e o mercado editorial era muito fechado, e eles queriam editar e lançar suas próprias publicações,

com a liberdade de experimentar e inovar no projeto gráfico de livros que eram praticamente obras de arte.

Entre as obras publicadas pelo Gráfico Amador, estão os livros de poemas que Aloísio criou junto com seu primo ilustre, o poeta João Cabral de Melo Neto: "Pregão Turístico do Recife" e "Aniki Bobó", esse que saiu na época com uma tiragem de 30 exemplares, livro raríssimo.

Eu podia continuar dando vários exemplos de como Aloísio foi um pioneiro das artes gráficas, e um cara muito voltado para a cultura popular brasileira. Mas acho que já deu para ter uma ideia.

Para além da relevância do trabalho do Aloísio, é interessante observar onde estava o seu olhar. Porque ele tinha um olhar muito afiado para o que era popular, cotidiano.

Em 1972, ele foi entrevistado por uma jornalista do Correio da Manhã, jornal do Rio de Janeiro, que perguntou a ele:

Por que você só trabalha com coisas que ninguém presta atenção?

Ela se referia ao trabalho dele de colagens com cartões postais, que nessa época estava em exposição no MAM, e a trabalhos gráficos que ele fez com colagens de cartazes de propaganda. Ou mesmo seu trabalho com dinheiro, algo tão corriqueiro, que passava pela mão de todo mundo. Aí Aloísio respondeu:

Esta pergunta é engraçada. Até importante. O cartão-postal é uma unidade iconográfica muito importante em nossa época. Para que alguma coisa chegue a ser cartão-postal é porque ela é algo marcante. Mas aí justamente entra o paradoxal. Por ser importante, ela se torna de tal forma banal que ninguém a vê mais.

Aloísio estava interessado em olhar para o que era banal, a se aprofundar naquilo que parecia que ninguém mais estava prestando atenção. E isso tem tudo a ver com o seminário que ele organiza em 1979, aquele, na Universidade de Brasília.

Eu disse que aquele pessoal todo tava reunido para falar de um assunto da maior importância para o interesse nacional, né? Então. Eles estavam ali para falar de... Caju. Sim, a fruta do cajueiro, o caju da cajuína, da castanha de caju, o caju caju!

No discurso de abertura do seminário, Aloísio explica por que o caju merecia toda aquela atenção de olhares de especialistas de todas as áreas:

No caso brasileiro, a destinação do que se chama "desenvolvimento", e que eu preferia chamar "processo de ser

como nação", num país como o nosso, a importância é muito grande de que consiga identificar, conhecer e verdadeiramente compreender fenômenos que são pertinentes ao nosso contexto sócio-cultural-econômico como um todo. A meu ver, a nosso ver, insere-se exemplarmente nessa ordem de ideias, uma visão compreensiva de seu produto de um bem natural, como por exemplo, o CAJU... e a pergunta seria, até que ponto, nós como nação, temos compreendido, de maneira abundante e enriquecedora esse produto natural. E a resposta parece, nessa altura do estudo, que nós não estamos usando e não estamos detendo conhecimento pertinente que esse extraordinário produto natural nos oferece.

E aí... qual foi o suco que conseguiram extrair desse caju?

É o que conto no episódio de hoje, onde a protagonista é essa fruta pequena, banal, comum... até olharmos com mais atenção e entendermos que ela pode guardar a resposta para uma das perguntas mais importantes que continuam sem uma resposta definitiva: o que é a identidade brasileira?

Eu sou Aline Valek e você está ouvindo Bobagens Imperdíveis.

- - -

Carne suculenta, macia e cheia de água, uma castanha comestível, que é a verdadeira fruta, mas revestida de uma substância tóxica, que é preciso saber tirar. Tem forma de coração, cores tropicais, bonita de ver, macia de pegar.

Seu nome científico é *Anacardium occidentale*, sendo que *Anacardium* significa literalmente "forma de coração". É da mesma família da manga, do pistache e da hera venenosa. A toxina da castanha de caju, inclusive, o Urushiol, é a mesma encontrada na hera venenosa.

Para os mais chegados, o nome da fruta vem do tupi acayu, que significa algo como fruta fibrosa que trava.

Sua fruta é de comer, é de beber, é de se embriagar. Dele se faz doces, farinha, remédio, brinquedo, tinturas, goma, decoração, pinturas, poesia, literatura, música. Vixi, até para fazer chips e placas eletrônicas o caju pode servir.

O caju é muita coisa. E, acima de tudo, é originário do Brasil.

Depois foi para outros cantos, como Índia, países da África oriental, levada pelos colonizadores portugueses desde o século 16. Se adaptou bem por lá, deu fácil, abundante. Moçambique, por exemplo, hoje é um dos maiores exportadores de caju do mundo.

No Brasil gosta de se espalhar principalmente pelo Nordeste. Não é bobo nem nada. Adora o calor do litoral. Suas árvores são

gigantes, firmes, antigas. O cajueiro do Pirangi, com mais de um século de idade, é uma árvore tão grande, tão extensa, que parece até um labirinto, ocupando uma quadra inteira de mais de 8 mil metros quadrados na cidade de Parnamirim, no Rio Grande do Norte.

Encontrei um livro bem completo sobre o caju, que fala de sua origem, geografia, composição química, utilidades, inserção na cultura e tudo o mais que você imaginar. Chama "O cajueiro nordestino", de Mauro Mota, um professor, jornalista e escritor que inclusive participou do Seminário sobre o Caju, tendo sido citado por outro participante como um "amoroso do caju". Fofó.

E, de fato, é muito bonita a forma que ele escreve sobre o caju. Vou ler aqui um trecho do livro:

O tempo avoluma a copa em tal amplitude que é como se houvesse em derredor toda uma alameda equilibrada num só tronco. Observa-se um prodígio de expansão vegetal na árvore. O cajueiro luta contra a prisão das raízes, cresce para os lados, agita-se, cai, levanta-se adiante, anda em passos trôpegos e sinuosos, mas anda nos movimentos elásticos e irregulares de sua galharia.

Isso acontece de um jeito que às vezes custa saber se é obra de uma ou de muitas árvores aglomeradas. O cajueiro esforça-se para sozinho reflorestar a sua área. É como se o cajueiro carregasse um bosque nas costas.

Em Pirangi há um cajueiro patriarcal, sem dúvida um dos mais belos do mundo. Mais do que uma árvore isolada, parece uma árvore genealógica com todos os antepassados nas galharias ou deitados na sombra.

É um cajueiro em marcha, com muito peso nos ombros. Suando resina, transpirando aromas em seu derredor. Avançou para a rodovia, e, de outro lado, chegou à borda do morro, como se pretendesse dar um pulo no abismo, com o gigantesco paraquedas da copa já aberto.

Houve no Recife cajueiros que se popularizaram que eram apresentados às visitas como familiares mais velhos que, em vez de ramagens e seiva, tivessem nervos e sangue como as criaturas humanas.

Percebe como o autor humaniza o cajueiro, como se estivesse falando de gente, e não de árvore?

Acho que isso ilustra bem uma das características mais importantes do caju, que vai muito além da fruta, da árvore, do caju como integrante da flora brasileira ou mesmo como um produto alimentício. O caju é ainda mais. Porque ele tem uma diversidade de usos tão grande que ele se enraizou também na dimensão simbólica.

O caju tem vários usos simbólicos, seja no seu uso nas artes, como medidor de tempo, como catalisador de encontros sociais nas comunidades. Então, mais que uma fruta, o caju pode ser considerado um objeto cultural.

- - -

Dia de festa em aldeia Tupinambá, o caju estava presente.

O motivo da festa podia ser vários: cerimônia religiosa conduzida pelo pajé, ou o rito de passagem da puberdade dos garotos, em que os parentes eram todos convidados para dançar, comer e beber, antes do rapaz ter o beijo perfurado pelo tembetá. Ou ainda o casamento, a festa em que pela primeira vez o noivo era autorizado a tomar da bebida mágica, o cauim.

O cauim é uma bebida alcóolica fermentada de origem indígena que pode ser produzida a partir de vários vegetais, de tudo quanto é fruta, até abóbora e mandioca. O cauim de caju é um deles.

A bebida que era consumida nesses rituais sociais, de muita dança, cantoria, celebração, conexão com os parentes e contato com o divino, era também produzida de forma coletiva. O vinho de caju, como também passou a ser conhecido, nas aldeias Tupinambás era produzido exclusivamente por mulheres.

Em 1557, o missionário francês Jean de Léry, no livro "Viagem à terra do Brasil", descreve como as mulheres preparavam o cauim com o caju:

Depois de as cortarem em rodela finas, como fazemos com os rabanetes, as mulheres as fervem em grandes vasilhas de barro cheias de água, até que amoleçam; tiram-nas então do fogo e as deixam esfriar. Feito isso acocoram-se em torno das vasilhas e mastigam as rodela jogando-as depois em outra vasilha, em vez de as engolir, para uma nova fervura, mexendo-as com um pau até que tudo esteja bem cozido. Feito isso, tiram do fogo a pasta e a põem a fermentar em vasos de barro de capacidade igual a uma meia pipa de vinho de Borgonha. Quando tudo fermenta e espuma, cobrem os vasos e fica a bebida pronta para o uso.

Os europeus achavam esquisitíssimo as indígenas mastigarem o caju no meio do processo. Mas era a saliva daquelas mulheres que fazia a mágica acontecer. Mágica não, ciência. As enzimas da saliva era o que transformava aquele caju cozido em açúcares. Aquela pasta fermentava e quando era cozida de novo, então se tornava alcóolica, virando vinho.

Os indígenas também já conheciam, há séculos, várias aplicações medicinais do caju. A casca do cajueiro era usada para tratar hemorragias, diarréias, úlceras, asma e diabetes. A infusão das raízes tinha função purgante. Eles também faziam chá com as folhas

novas do cajueiro para tratar doenças causadas pela falta de vitaminas. Os europeus que chegavam doentes daquelas longas viagens transatlânticas, chegavam fracos, com a gengiva sangrando, cheios de infecções, com o famoso escorbuto, falta de vitamina C, e os indígenas cuidavam deles com esse chá da folha do cajueiro.

A castanha pilada virava uma farinha muito nutritiva que era o lanchinho que os indígenas levavam para se alimentar nas suas andanças. Mais tarde, os europeus aprenderam com eles e também usavam essa farinha em suas primeiras expedições pelo Nordeste brasileiro.

Quantas vezes o caju já não salvou vidas nesses primórdios do Brasil? E todas essas aplicações do caju são tecnologia indígena.

O cajueiro era central na vida e na cultura dos indígenas que habitavam o litoral nordestino. Tanto que servia até como calendário.

O caju dá uma vez ao ano, junto com as chuvas do começo do verão, entre dezembro e janeiro. Esse período coincidia, por causa da chuva, com o aparecimento das piracemas na costa nordestina. Que é o período em que os peixes sobem o rio para se reproduzir.

Os indígenas imaginavam que os cardumes vinham subir o rio para comer as frutas. Então quando eles observavam a maturação do caju podiam se antecipar tanto para colher as frutas maduras quanto para se fartar na pesca dos peixes. Mas não era fácil não. Rolava uma guerra entre as tribos que desciam do interior e aquelas que vivam nos litorais para dominar as zonas dos cajueirais.

Cajueiro era recurso valioso, que valia a pena ir à guerra para defender.

Por darem uma vez ao ano, o caju também virava indicativo da idade. Há relatos de que em algumas comunidades indígenas, aquelas com convívio mais íntimo com os cajueiros, as pessoas guardavam num balaio, ou numa cabaça, uma castanha a cada safra de caju que eles viviam.

Vamos voltar ao livro do Mauro Mota:

O calendário dos tupis era simplório: dia, ara; lua e mês, yacy. Entre eles, acaju significava ano também. Portanto, em cada ano (na fase única da frutificação anual) guardavam uma castanha (acajuitimaboera ou itimbiera) numa cabaça. Esse processo designavam de acaju roig. Tantas castanhas, tantos anos vividos.

Caju significava ano para os indígenas. E esse significado de alguma forma se preservou na cultura nordestina. Mauro Mota colheu alguns exemplos de mensagens de aniversário em jornais de Recife: diziam algo como "parabéns pelo seu quadragésimo caju" ou "fulano

chupou mais um caju” ou “Mais um caju na árvore preciosa da sua existência”. Eu achei maravilhoso, vou adotar.

O caju, tanto por seu nome, seus usos, sua importância simbólica, é evidência da herança dos saberes e da cultura indígena na identidade brasileira.

- - -

Em 1892, um jornalista fundou uma fábrica de vinhos de caju em João Pessoa, na Paraíba. A Fantástica Fábrica de Vinhos Tito Silva. No começo, era uma produção bem artesanal, e quem trabalhava na fabricação era a mulher e os filhos do dono.

Com o tempo eles foram crescendo, ampliando o negócio, comprando maquinário. Mais para ganhar escala. Porque preservaram o processo tradicional de preparo.

Era um vinho muito apreciado, que sempre tinha muita procura. Chegou a ganhar prêmios, até fora do Brasil! Era um vinho muito muito bom. Quisera eu ter provado. Mas lá pela década de 50, o negócio começou a ir mal.

Primeiro pela escassez de caju. Existia uma fartura de cajueiro próximo da fábrica, mas as árvores começaram a ser derrubadas a rodo, ou para usarem as terras para outras atividades mais lucrativas, ou para transformar a madeira em carvão. A fábrica passou a ter que buscar caju em outros estados, o que encareceu a produção.

Aí veio a crise de 1964. Governo militar, um modelo econômico que privilegiava as grandes empresas, o acúmulo de capital. Como muitas outras empresas de pequeno porte, a fábrica de vinhos se lascou, não conseguiu sobreviver. Afundados em dívidas, as máquinas quebradas, sem dinheiro para consertar nem investir, a família do Tito Silva voltou aos seus velhos tempos de produzir o vinho no braço, bem artesanal.

A fábrica tentou buscar incentivo, apoio do governo para conseguir manter suas atividades. Na época em que estava rolando o Seminário Multidisciplinar do Caju, a fábrica estava à beira da falência. E o pessoal do Seminário discutiu isso na reunião:

Ninguém prestou atenção ao potencial do vinho de caju. E é um know-how notável, é uma tecnologia toda ela apreendida e compreendida a partir do vinho do índio. A visita, que se pode fazer, à fábrica Tito Silva, na Paraíba, é uma coisa notável. O edifício foi construído para ser uma fábrica; os toneis de carvalho, enfim, todo o instrumental de conhecimento tecnológico de um produto, que é um produto absolutamente claro e definido, foi feito através dessa trajetória natural do convívio entre o homem brasileiro e o produto caju. E o que é que está acontecendo? Me diz o filho

do Tito Silva: "vou fechar. Não tenho condições de continuar porque não há o menor estímulo". Me disse o seguinte, Dr. Aloísio, "é a primeira vez que vem alguém aqui, na minha fábrica, para tentar conhecer, respeitar e prestigiar o vinho de caju"

Infelizmente, eles não conseguiram ajuda a tempo de impedir que a fábrica fechasse, o que aconteceu no início dos anos 80.

Mas uma das consequências diretas dessa reunião, desse estudo multidisciplinar do caju, foi, alguns anos depois, em 1984, o tombamento da Fábrica de Vinhos de Caju Tito Silva como Patrimônio Histórico Nacional. Não foram tombados só o prédio, todo o maquinário, os tonéis de madeira, as prensas manuais, a coleção de rótulos das garrafas. A parte física. A técnica industrial que eles desenvolveram ali também foi considerada Patrimônio, um patrimônio imaterial.

E essa foi uma das grandes inovações do trabalho do Aloísio Magalhães dentro do IPHAN. Reconhecer o valor da nossa tecnologia, dos saberes, especialmente daqueles que traduzem o fazer popular.

- - -

Um parênteses necessário nessa história: Aloísio fez todo esse trabalho como diretor do IPHAN e do Centro Nacional de Referência Cultural durante o período da ditadura. No último governo militar antes da redemocratização, para ser mais exata.

E não foi por acaso: nessa época o regime militar estava enfrentando uma crise econômica grave. Pra completar, sua imagem estava desgastada por conta do autoritarismo, da completa falta de liberdade de expressão em curso no Brasil. Por serem uns completos carniceiros, será?

Então os militares tinham todo um interesse de fazer um "rebranding", de mostrar que valorizava a cultura popular, como forma de conquistar alguma simpatia, alguma confiança do povo, sabe? Para não sair assim com o filme tão queimado.

E é nesse momento que alguém lá dentro deve ter pensado "vamos chamar aquele hipster do design pra fazer isso!" e convidam o Aloísio para dirigir um órgão do governo, e um órgão ligado à Cultura, que era estratégico naquele momento, em que já se falava e já se articulava uma abertura democrática no Brasil.

Então sim, o trabalho do Aloísio serviu aos interesses de um governo autoritário. De militares que eram fissurados em desenvolvimento a todo custo, uma ideia agressiva de desenvolvimento, que passava por cima do meio ambiente, que passava por cima do próprio povo.

Já Aloísio entendia que o desenvolvimento do país deveria ser condizente com as condições que a gente vive, e que não era saudável copiar os modelos usados em outros países. Cada um tem uma história, uma forma de lidar com ela. A gente tem a nossa, com as nossas particularidades. E era para isso que ele queria olhar.

E ele foi aproveitando as brechas do poder, navegando pela política, para conseguir colocar em prática a visão dele. O que também tem a ver com design. Porque se o design brasileiro, ou ainda o produto brasileiro, não tinha um estilo, uma identidade própria, o que era muito questionado naquela época, a culpa era da industrialização predatória que acontecia, que só importava tecnologias, sem a menor preocupação com a cultura daqui, em investir em pesquisa e tecnologia daqui. O quanto isso deixou o Brasil dependente de outras economias, né?

O Aloísio defendia que a cultura não era um item acessório, secundário, era fundamental para o desenvolvimento econômico, e que o elemento que deveria conduzir isso seria o que nos tornava brasileiros, seriam os fazeres populares.

Bem o oposto de um pensamento que era do regime militar e que a gente ainda vê hoje nos editoriais dos grandes jornais, por exemplo. Na defesa do "mercado" como essa entidade que flutua acima de todos, com vontades próprias, da economia como algo completamente separado da vida, completamente separado da ecologia, completamente separado da cultura.

Aloísio Magalhães morreu em 1982. Ele não viveu para ver a redemocratização do Brasil, nem o nascimento da Constituição, em 88, embora muitas de suas ideias – ou ideais – de Brasil tenham inspirado muito do que foi feito a partir dali.

Um dos seus principais legados foi ter mostrado que patrimônio era muito mais que prédio, que obra de arte, do que objetos físicos distantes do povo, do que esses símbolos nacionais empurrados de cima pra baixo. Patrimônio também era o conhecimento popular, era a forma de fazer, era tudo isso que não podia ser tocado ou guardado num museu, mas tinha extremo valor.

E esse pensamento ficou em muito do que Aloísio propôs que fosse considerado Patrimônio Nacional: a cidade de Ouro Preto, o terreiro de Candomblé Casa Branca, a fábrica de vinhos Tito Silva.

As histórias e conhecimentos e técnicas em volta do caju. Que puderam ser reconhecidas e registradas também: a técnica de fabricação de vinho de caju, o saber fazer do doce de caju, da cajuína, a castanha de caju!

Como uma fruta tão comum pode guardar tanto as histórias de um povo, né? Histórias de uma relação com um elemento que tá ao nosso redor, e que envolve muita criatividade, muita imaginação. Só pensar em tudo o que o caju levou as pessoas a descobrirem, todas

essas técnicas e aplicações. E tudo o que o caju levou as pessoas a imaginarem, ao levar o caju para poesias, para dentro da literatura, ao cantar sobre o caju.

O caju nos ajuda a lidar com essa outra dimensão, do que é imaterial, do que não pode ser tocado. Como a própria passagem do tempo.

- - -

Uma coisa que não pude deixar de pensar enquanto gravava esse episódio é como o trabalho do Aloísio conversa bastante com a visão do Mário de Andrade quando o escritor trabalhou no Ministério da Cultura.

Eu contei essa história essa temporada, lembra? Foi quando o Mário de Andrade desenvolveu o projeto de uma grande Enciclopédia Brasileira que acabou nunca sendo finalizada. Depois volta lá no episódio 3.3: Escritores que imaginaram Enciclopédias, para ouvir mais detalhes dessa história – ou ouvir de novo para ver como conversa com este episódio.

O projeto não foi finalizado, mas teve continuidade de alguma forma nessa grande catalogação patrimonial que rolou depois do Aloísio Magalhães.

Foi curioso perceber que o Mário de Andrade trabalhava no Ministério da Cultura quando o IPHAN foi criado. Aí nos anos 70 vem um designer pernambucano trabalhar nesse mesmo órgão, a partir de princípios que acabam resgatando e avançando um pouco mais o que Mário de Andrade estava trabalhando uns 40 anos antes. Valorizar, resgatar e registrar as manifestações artísticas e culturais do povo brasileiro.

O que essas duas histórias me contam, em primeiro lugar, é como promover a cultura passa por políticas públicas. Precisa de incentivo, precisa de investimento. A cultura não acontece num vácuo. Ela não existe isolada da vida cotidiana. E também não existe isolada da política. A cultura é também uma forma de fazer política.

Em segundo lugar, ver essa conversa entre dois artistas e intelectuais brasileiros acontecer em tempos tão diferentes também é um sinal de que esse trabalho ainda não se encerrou.

Como disse Aloísio no encerramento do Seminário:

O caju já resistiu 400 anos, depois de conhecido, e não só ele teve grandes perdas como teve grandes ganhos. A fruta, o bem natural sozinho, com ajuda, sem ajuda, ele já cresceu, transformou-se em coisas extraordinárias. Então o fato dele ter resistido 400 anos dessa maneira tão extraordinária nos leva a dizer o seguinte: vamos resolver, ou melhorar, ou

incentivar esse produto dentro de uma dimensão de tempo equivalente a esses 400 anos. Quando eu falei que esse projeto não iria terminar, hoje eu falo com mais sensação concreta. Na verdade, é provável que ele não termine, ele seja o início de uma trajetória nova de compreensão do caju.

Se o caju nos ensinou a olhar para o tempo, ele também mostra a paciência necessária para ver algo dar frutos. Às vezes é preciso acumular muitos cajus no balaio da nossa existência para chegar à conclusão de um raciocínio, a uma resposta pronta, ou o mais próximo disso.

Por mais que a gente tenha pressa de se encontrar de uma vez, de achar a solução mágica, o que é duradouro precisa de muito tempo para ser feito, às vezes gerações. É um trabalho coletivo.

Tenha calma, o cajueiro diz, muito antigo.

Por isso a resposta do que é ser brasileiro, do que é a identidade brasileira, nunca se completa. Esse processo continua em construção. E nós, hoje, também fazemos parte dele.

- - -

As principais fontes de pesquisa para a história que contei hoje estão na descrição desse episódio.

E se te apeteceu o sumo e a carne dessa história que você acabou de ouvir, coloca na fila os causos que contei sobre a MANGA pra ouvir depois! Sim, a prima do caju. É no episódio 2.7: Reencarnações da manga. Acho que você vai gostar, tá bem madurinha.

Muito obrigada por ouvir até aqui! E muito obrigada aos ouvintes que me apoiam e ajudam a polinizar essas histórias. Saiba como fortalecer meu trabalho lá no site apoia.se/alinevalek

Um beijo, a gente se encontra em um próximo episódio.

E lembre-se: caju em rodela com uma pitadinha de sal.. é bom demais.